



Boletim do PCP
Sector de Hotelaria,
Restauração
e Cantinas

LODO

Abril 2026

dorlpcp@dorl.pcp.pt
https://lisboa.pcp.pt

Entre o custo de vida e a exploração: a resposta está na luta!

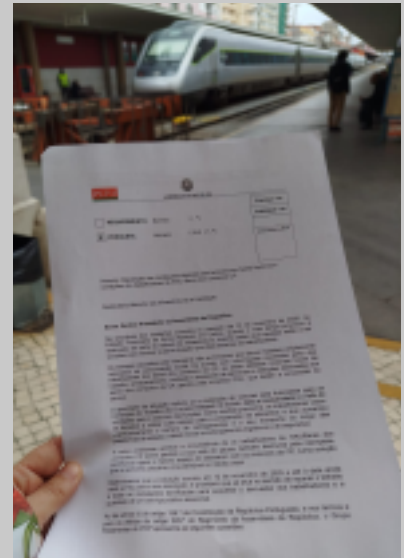


Num país onde a propaganda tenta esconder as dificuldades reais da maioria, a vida torna-se cada vez mais difícil para quem trabalha e trabalhou uma vida inteira. O custo de vida continua a aumentar, enquanto grandes grupos económicos acumulam lucros históricos. Salários e pensões são esticados até ao limite, os serviços públicos - desde logo o Serviço Nacional de Saúde - são desmantelados e o acesso à habitação é negado a milhares, hipotecando o futuro das novas gerações. Neste contexto, o PSD, o CDS, o Chega e a Iniciativa Liberal aprofundam opções que subordinam o país a interesses externos. Mais uma vez, é o povo que paga a factura, enquanto sectores como a energia, banca e grande distribuição mantêm ou aumentam os seus lucros. Esta realidade não pode ser aceite. O PCP tem vindo a denunciar que medidas centradas apenas no plano fiscal, sem controlo de preços, acabam por proteger a especulação. É necessário ir mais longe: reduzir o IVA da electricidade, gás e

telecomunicações para 6%, pôr fim à dupla tributação nos combustíveis e avançar com a regulação de preços. Isso implica controlar os preços do cabaz alimentar, dos combustíveis e fixar o preço da botija de gás em valores acessíveis, bem como generalizar o acesso às tarifas reguladas de energia. Tal como já acontece noutros contextos, também em Portugal é possível travar abusos e proteger quem trabalha. Esta realidade atinge com particular dureza os trabalhadores da hotelaria, restauração, cantinas hospitalares e catering. São sectores marcados por baixos salários, horários desregulados, trabalho por turnos e elevada precariedade. Apesar do crescimento do turismo e da actividade económica, persistem ritmos intensos, falta de pessoal e dificuldades em conciliar trabalho e vida pessoal. Nas cantinas hospitalares concessionadas a privados, agravam-se os problemas de sobrecarga e degradação das condições de trabalho. Perante isto, o pacote laboral apresentado pelo Governo PSD/CDS, apoiado pelo Chega, Iniciativa Liberal e pelas confederações patronais é uma «declaração de guerra» aos trabalhadores: aponta para mais precariedade, desregulação e ataque a direitos, agravando ainda mais a situação de quem vive do seu trabalho. O que se impõe é garantir estabilidade, dignidade e direitos, com aumentos reais de salários e pensões. Sem um choque salarial que enfrente o aumento do custo de vida,

mais trabalhadores serão empurrados para a pobreza. Proteger quem trabalha, valorizar quem construiu o país e garantir futuro aos jovens exige romper com este caminho. O desenvolvimento da luta, também no sector da hotelaria, é indispensável para assegurar uma vida melhor para todos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
PCP questiona Governo sobre reparação das instalações afetadas pelo temporal em Santa Apolónia e condições dos trabalhadores



Socialização da Precariedade nos trabalhadores dos Hóteis: Um sector em crescimento à custa de quem trabalha!

Numa altura em que a indústria hoteleira atinge recordes de receitas, cresce em número de unidades e se afirma como pilar da economia nacional, observa-se o agravamento da precariedade e da exploração laboral.

Segundo o Turismo de Portugal, em 2025 registou-se um aumento de 2,2% nas dormidas, 3% nos hóspedes e 5% nas receitas turísticas. O Banco de Portugal aponta para um crescimento de 5% face a 2024, atingindo 29,1 mil milhões de euros. Para 2026, prevê-se a abertura de mais 100 unidades hoteleiras. Seria expectável que este crescimento se traduzisse numa melhor distribuição da riqueza por quem trabalha. Contudo, verifica-se o contrário: os lucros concentram-se no patronato e investidores, enquanto os salários permanecem baixos e desvalorizados. As grandes cadeias continuam a expandir-se sem que isso se reflita nas condições dos trabalhadores.

A intensificação e divisão do trabalho agravam esta realidade. Em muitos hotéis, um trabalhador acumula várias funções: na receção, no bar, no restaurante ou no room service. Tarefas antes distribuídas por vários postos são agora concentradas numa só pessoa, aumentando o desgaste físico e psicológico.

Existe ainda uma pressão constante para desempenhar funções fora do contrato. O medo de perder o emprego leva à aceitação destas condições e fomenta conflitos entre colegas. Cria-se uma competição interna que normaliza a precariedade. Multiplicam-se funções e reduz-se a especialização. Um trabalhador passa a desempenhar o trabalho de vários, pelo mesmo salário. Esta polivalência reduz a exigência de qualificação, encurta períodos de formação e permite às empresas baixar custos, mantendo salários baixos.

Assim, o menor número possível de trabalhadores assegura o maior volume de trabalho, contribuindo para um desgaste contínuo. O que antes era excecional torna-se regra.

Importa então questionar: quem faz funcionar os hotéis? Quem recebe hóspedes, limpa quartos, prepara refeições e assegura o serviço diário? São os trabalhadores, 24 horas por dia. Sem eles, não há hotelaria.

Apesar disso, são frequentemente tratados como mão de obra descartável. O crescimento do outsourcing e dos contratos precários agrava a instabilidade e afasta a valorização profissional.

O resultado é um paradoxo evidente: um sector que prospera enquanto muitos dos seus trabalhadores permanecem pobres - trabalhadores pobres que sustentam o sucesso da indústria hoteleira.

Perante esta realidade, torna-se essencial reforçar a



organização colectiva nos locais de trabalho, promover a sindicalização e construir uma resposta unida dos trabalhadores da hotelaria. Só através da luta organizada será possível conquistar aumentos salariais dignos, horários justos, o fim da acumulação abusiva de funções e o combate à precariedade. A melhoria das condições de trabalho não virá espontaneamente do crescimento do sector, mas da capacidade dos trabalhadores se unirem, reivindicarem e imporem mudanças concretas que garantam respeito, estabilidade e valorização profissional.

Os teus sacrifícios nos bolsos deles!





A Travessia do Atlântico: **Sonhos e Desafios de um trabalhador imigrante***

«Sete anos depois de chegar a Portugal, continuo a acreditar que a imigração é um ato de coragem. Mas também é um espelho que revela as contradições de um país que precisa dos imigrantes para funcionar, ao mesmo tempo que lhes nega direitos básicos. Venho do Brasil, como tantos outros, atraído pela língua, pela promessa de trabalho e principalmente pela segurança. A adaptação parecia simples, mas depressa descobri que a realidade é mais dura. O primeiro choque foi a burocracia. O antigo SEF, hoje AIMA, tornou-se símbolo de processos intermináveis, falta de informação e anos de espera. Muitos de nós chegamos como turistas e acabamos na irregularidade, vulneráveis a abusos e impedidos de aceder a serviços essenciais. A irregularidade não é uma escolha: é uma consequência de um sistema que empurra milhares para a margem. A restauração foi o meu primeiro emprego. Trabalhava 14 horas por dia, ora na cozinha, no balcão, fazendo compras para os restaurantes nos supermercados e às vezes atendendo mesas dependendo da necessidade, com uma folga semanal, sempre com a

promessa de um contrato que nunca chegou. No fim, fiquei sem salário e sem proteção. Esta realidade não é exceção: é regra num setor que vive da exploração, onde horários excessivos, salários baixos e ausência de pausas são normalizados. E quando um quarto há quase dez anos atrás já custava mais de 500 euros e o salário mínimo que era de 557 euros mal cobria o básico, eu pagava esse valor e ainda não tinha comprovante de pagamento, a sobrevivência transforma-se em resistência diária. O que mais me marcou foi perceber que, mesmo pagando impostos e contribuindo para a economia, os imigrantes continuam a ter mais deveres do que direitos. Muitos desconhecem que têm direito a contrato, a inscrição na Segurança Social, a férias, a descanso semanal e, sobretudo, ao apoio sindical. A verdade é que a exploração prospera onde há medo, receio de perder o emprego, medo de ser denunciado, medo de não conseguir renovar documentos. É por isso que eu acredito que a organização coletiva é tão importante. A sindicalização não é apenas um instrumento de reivindicação, é uma forma de

proteção. Os sindicatos têm sido, para muitos imigrantes, o primeiro espaço onde somos tratados como trabalhadores de pleno direito. É ali que aprendemos que a lei vale para todos, independentemente da nacionalidade ou do estatuto documental. É ali que descobrimos que ninguém luta sozinho sendo válido no Brasil, em Portugal, Luxemburgo onde vivi ou em qualquer parte do mundo. A minha identidade hoje mistura Brasil e Portugal. Sinto-me meio «Tuga», meio brasileiro, e é nesse encontro que encontro força. Mas essa integração só será plena quando todos os trabalhadores nacionais ou imigrantes tiverem condições dignas, contratos justos e acesso real aos seus direitos. A travessia do Atlântico não termina quando um barco ou avião aterra, termina quando somos reconhecidos como parte da sociedade que ajudamos a construir. A luta por dignidade é coletiva. E é nela que muitos de nós encontramos, finalmente, um lugar para chamar de lar.»

(*Este texto é um testemunho pessoal de um trabalhador da restauração)

8 de Março

Dia Internacional da Mulher **DIA DE LUTA PELA IGUALDADE!**

As comemorações do Dia Internacional da Mulher, a que o PCP se associa e dinamiza anualmente, participando e organizando diversas iniciativas a nível nacional, culminaram este dia 8 de Março nas grandes manifestações do MDM - Movimento Democrático de Mulheres, que desfilaram por 19 cidades portuguesas, na luta pelos direitos das Mulheres. No ano em que se assinalam os 50 anos da aprovação da Constituição da República, bem como os 40 anos da realização da Conferência Nacional do PCP «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», celebramos o Dia da Mulher num quadro de retrocessos e

sucessivas agressões do governo neoliberal do PSD/CDS, que visam agravar ainda mais a situação social, laboral e económica, em especial das mulheres trabalhadoras, com o Pacote Laboral. O PCP reitera que são as Mulheres, e ainda mais as Mulheres mães de filhos em idade escolar, as que mais sofrem com os sucessivos ataques aos seus direitos laborais, parentais, na saúde e na educação, e que comprovadamente mais sofrem com a desigualdade salarial. Em particular na Hotelaria, um sector com muitas mulheres trabalhadoras, as armas da exploração passam não só pela desigualdade salarial, como pela profunda desregulamentação dos



horários laborais, com turnos e horas que abrangem tudo desde horários repartidos, noturnos, trabalho ao fim de semana e feriado. O Pacote Laboral pretende crivar ainda mais estas desigualdades, dando força aos patrões e desequilibrando ainda mais as relações laborais e salariais. Para o PCP, derrotar o Pacote Laboral é essencial na protecção dos direitos das Mulheres! Pelas mãos do governo e confederações do patronato, com a CGTP-IN retirada da mesa de negociações para evitar a defesa da classe trabalhadora, as

armas do capital estão apontadas diretamente às Mulheres, da perda de direitos na maternidade e amamentação, do aumento da sua carga horária e da maior precariedade, sem que exista um equilíbrio do trabalho e da vida pessoal. Os direitos das mulheres são os direitos dos filhos - são os direitos de toda a sociedade! A luta pela igualdade salarial, pelos horários regulados, pelos direitos na maternidade e parentalidade, e pelo direito ao tempo com a família, são medidas emancipadoras e democráticas, são o caminho para uma sociedade mais justa, mais avançada e igual!

Da gentrificação à turistificação:

A maquilhagem da precariedade na restauração

Nos últimos anos, Lisboa tem sofrido um fenómeno que se tem assistido por toda a Europa: a gentrificação. Os trabalhadores devido aos salários baixos, que não acompanham o aumento do custo de vida, são empurrados para fora dos centros urbanos. Assim acontece em Lisboa. A cidade é ocupada por turistas, nómadas digitais e expats (o imigrante endinheirado), ao nível comercial surge a necessidade de satisfazer hábitos importados sendo a restauração local substituída por novos conceitos tanto de restaurantes como de cafés.

Em pleno Príncipe Real, uma das zonas mais nobres de Lisboa deparamo-nos com esse fenómeno, onde a totalidade dos espaços comerciais servem, não a população mas sim o turismo que retirou a função de cidade para os moradores e trabalhadores. Os preços médios praticados nestes locais por um simples galão,

estão para além de uma hora salarial dos trabalhadores. A maquilhagem que esconde a precariedade. Embora os lucros sejam abismais, os patrões apostam em salários baixos - mínimo nacional. Os turnos são longos e devido à falta de contratação e muita afluência de clientes, aos trabalhadores não lhes são permitidas as devidas pausas por turno, indo esse tempo para banco de horas. Da falta de formações, condições de trabalho, ao fardamento apropriado às funções- Os direitos dos trabalhadores e a lei laboral é violada diariamente.

É de salientar que, na maioria, estes locais, são negócios de investidores estrangeiros. Compram prédios onde abrem os seus próprios negócios sob o lema exploração da força de trabalho, julgando Portugal ser o «El Dorado» para as suas transações.

PCP questiona o Governo:

Das Cantinas à Assembleia da República



Dentro da realidade da hotelaria em Portugal, há um sub-setor que se tem vindo a destacar particularmente pelos abusos laborais e negligência para com os trabalhadores, ora por parte do patronato e das empresas que detêm as concessões dos serviços, como por exemplo a ITAU, ora por parte das políticas desenvolvidas pelos sucessivos Governos, actual inclusive, que têm a responsabilidade das infraestruturas onde, todos os dias, estes trabalhadores desenvolvem a sua atividade profissional. Falamos do sub-setor das cantinas e catering.

Sub-setor esse, que inserido no setor hoteleiro, não escapa à realidade precária e exploratória típica deste setor profissional a que, nunca deixando de lutar, já nos fomos habituando.

Todos os dias os trabalhadores das cantinas asseguram, confeccionando e servindo, as refeições dos outros. No entanto, para esses trabalhadores, o prato do dia é sempre a precariedade, a exploração, os horários desregulados, os baixos salários e as dificuldades na conciliação da vida profissional com as suas vidas pessoais e familiares.

Depois de vários contactos com trabalhadores das cantinas, nos mais diversos locais de trabalho, foi-nos denunciada, pessoalmente por um grupo de trabalhadores dos bares dos comboios da CP, na estação ferroviária de Santa Apolónia, a situação de completa precariedade e degradação das infraestruturas da estação provocadas por uma tempestade em Novembro do ano passado. Enquanto militantes do PCP, organizados pelo setor da hotelaria, verificámos os estragos causados pela intempérie, que provocou a destruição de parte do telhado da infraestrutura que afecta dezenas de trabalhadores. As áreas afectadas incluíram locais de trabalho, armazenamento, confeção e transporte de alimentos e refeições destinadas aos bares dos comboios da CP, geridos pela empresa ITAU, que detém a concessão do serviço.

A estes problemas acresce o facto de estes trabalhadores terem perdido a sua sala de pausa, também destruída pela intempérie, partilhando agora o mesmo espaço de descanso com os revisores da CP, numa solução que se adivinha insustentável a médio prazo.

A destruição destes espaços ocorreu em 12 de Novembro de 2025 e até à data ainda nada se fez para a sua resolução.

Perante esta situação, o PCP questionou o Governo através do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, no sentido de dar prioridade a que se actue no sentido de reparar o telhado e todas as instalações danificadas para acautelar o bem-estar dos trabalhadores e a qualidade de um serviço público essencial.

Perante um questionamento, em plena assembleia da República, que oficializa toda esta situação, o Governo não terá escapatória possível a não ser a de confrontar a realidade e resolver os problemas, hoje, dos trabalhadores dos comboios da CP, e amanhã, com luta e organização, os do teu local de trabalho.

Para isso é preciso que os trabalhadores do nosso setor se unam e organizem em defesa daquilo que é nosso por direito - dignidade. Só assim venceremos.

52 ANOS de

25 ABRIL

DEFILE - 15H
MARQUÊS DE POMBAL
AO ROSSIO

50 ANOS
CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

COMISSÃO PROMOTORA
DAS COMEMORAÇÕES POPULARES
DO 25 DE ABRIL

GARGALO
26.